



ATA Nº18  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE BORBA  
REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2012

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e doze, nesta Cidade de Borba, no Salão Nobre dos Paços do Município de Borba, reuniu, pelas 21 horas, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Período Antes da Ordem do dia

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Análise conducente à aprovação da ata nº.15 da Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 2011.

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Análise conducente à aprovação da ata nº.16 de 10 de Fevereiro de 2012.

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstrações de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às



Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Proposta da 1ª Revisão Orçamental - 1ª Revisão do Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento; 1ª Revisão ao Plano de atividades Municipal.

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Construção da ETAR de Rio de Moinhos.

**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata: -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros: Jerónimo João Pereira Cavaco, Joaquim Maria Godinho Veiga, Benjamim António Ferreira Espiguinha, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Augusto Manuel Bilro Guégues, Nelson Joaquim Gomes Gato, Rogério Manuel Pereira Pécurto, José Venâncio Lopes, Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, Francisco José Ramalho Mendes, Maria João Barroso Lopes Cavaco, Roberto Carlos Vagante Ganito, Manuel Filipe Liliu Prates, Celso Miguel Lopes Ramalho, António José Lopes Anselmo, Amélia da Conceição da Silveira Bilro, José António Carapeto Dias, Edgar Manuel Varjola Liliu. -----

Verificou-se a ausência dos membros: Sérgio João Pécurto Gazimba que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituído pelo Senhor José Venâncio Lopes. Carlos Manuel de Almeida Cabral que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.2**) e foi substituído por Roberto Carlos Vagante Ganito. -----



----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que naquele dia, sim, estavam a conseguir fazer a transmissão da sessão da assembleia via Web. Referiu que na sessão extraordinária da assembleia municipal do 25 de Abril, tinham tido alguns problemas informáticos que, entretanto, tinham sido ultrapassados. -----  
De seguida cumprimentou todas as pessoas que, em casa, assistiam à sessão da assembleia municipal, via Web. -----

**PONTO UM:** Período antes da Ordem do Dia

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente

----- **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que nada de relevante havia a assinalar, no entanto, e como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que tinham recebido um requerimento, o qual tinha sido apresentado pelo senhor deputado Altino Bessa, que tinha vindo da mesa da Assembleia da República, o qual continha uma serie de questões que tinham sido levantadas pelo grupo parlamentar do CDS/PP, no que respeitava ao funcionamento, em particular, da Assembleia Municipal de Borba. -----

Disse que o requerimento se encontrava na mesa da Assembleia, caso alguém o quisesse consultar. -----

De seguida referiu as questões que tinham sido colocadas no requerimento apresentado. Acrescentou que a resposta já tinha sido enviada à Assembleia da República, com as respetivas questões respondidas. -----

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

----- **A deputada Amélia Silveira** cumprimentou todos os presentes e referiu que, como presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, tinha tido uma preocupação constante com a redução do número de freguesias, na qual, seguramente, a freguesia de S. Bartolomeu estava incluída. -----



Disse ter assistido a todas as sessões de esclarecimento sobre aquela proposta de lei e acrescentou que não concordava com ela. Então tinha resolvido redigir, há cerca de um mês, um abaixo-assinado, que estava a circular pelo município. -----

Naquele momento, e após a aprovação da lei com algumas alterações, tinha ficado um pouco menos inquieta, no que respeitava à extinção da freguesia em causa. No entanto sabia que Assembleia Municipal teria que se pronunciar. -----

Informou que a sua questão era a seguinte: se, enquanto a lei não fosse publicada, faria algum sentido continuar o abaixo-assinado que decorria; e se no entender do senhor presidente, aquela sua atitude de menos inquietação, poderia ter realmente algum fundamento. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** cumprimentou todos os presentes e dirigiu uma saudação a todos aqueles que estavam assistir à transmissão via Web, daquela sessão da Assembleia Municipal. -----

De seguida referiu duas notas muito breves. Deu os parabéns ao executivo do PS pela abertura das piscinas cobertas. Disse que aquela obra tinha sido muito falada e debatida, mas finalmente tinham conseguido assistir à sua inauguração. E ele, pessoalmente, tinha tido a oportunidade de usufruir da piscina coberta. -----

Disse que tinha passado muito tempo desde a conclusão daquela obra e que o início daquela prática desportiva, durante o Inverno, era novidade no concelho. Mas finalmente, ao fim de três anos e tal, após a conclusão da obra, já podiam usufruir daquele equipamento, sobre o qual ele tinha levantado ali, algumas vezes, a sua voz. Referiu que desejava que as piscinas continuassem com a assiduidade que tinham tido até aquele momento. Salientou ser um equipamento importante para o concelho. -----

De seguida expressou o seu contentamento pelo início da obra do Novo Centro Escolar. Referiu que o papel da oposição não era só o de dizer mal. -----

Salientou que o PSD tinha dado parecer favorável aquela obra. Disse que esperava que aquela fosse uma obra que decorresse dentro do previsto, para que dali a 14 meses os



jovens e crianças de Borba já pudesse ter a suas aulas num espaço com melhores condições. -----

De seguida referiu uma expressão utilizada por uma ex-ministra da educação no parlamento, "**que fosse de facto uma festa**", mas que aquela festa, ao contrário de outras que estavam por pagar, se fosse pagando e que não ficasse aquela dívida, como as de outras festas que se tinham feito pelo país fora e que tinham ficado. -----

Realçou os dois votos de contentamento ali expressados e de felicitação ao executivo do partido socialista. -----

----- **O deputado Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos e saudou o membro Benjamim António Ferreira Espiguinha pela recente eleição como presidente da comissão política concelhia do PPD/PSD. Disse estar consciente que a missão não iria ser fácil, mas que estava convencido que, por ser um presidente presente, os assuntos relativos ao concelho iriam passar a ser tratados de uma forma menos radical e muito mais racional. Desejou-lhe um bom trabalho e disse que, trabalhando preferencialmente em prol daquilo que os unia, faria mais e melhor por Borba. -----

----- **O deputado Manuel Liliu Prates** cumprimentou todos os presentes e de seguida disse que queria colocar uma questão e fazer algumas sugestões relativamente às piscinas cobertas. -----

Questionou se compensava financeiramente a emissão de um cartão para todos os frequentadores da piscina, até para aqueles que estivessem de visita casual. Perguntou se não seria mais vantajoso encontrar outra solução. Referiu que aquilo se tinha passado com ele. -----

Salientou que os balneários da Piscina eram uns bons balneários, mas que existiam uns pormenores que ele achava que deveriam ser aperfeiçoados. De seguida exemplificou os pormenores que deveriam ser alterados e mencionou as suas sugestões; colocação de estrados junto dos cacifros, devido à higiene e segurança; colocação de alguns cabides junto aos chuveiros ...etc -----



----- **O deputado Nelson Gato** cumprimentou todos os presentes e disse à senhora deputada Amélia Bilro que, efetivamente, o documento verde inicial nada tinha a ver com a versão do documento que estava em vigor. Salientou que, em Borba, a freguesia de S. Bartolomeu estava salvaguardada, porque tinham deixado de ser 3 freguesias como limite mínimo para redução e tinham passado a ser 4 freguesias, o que significava que Borba tinha ficado fora daquela situação. -----

----- **O deputado António Anselmo** cumprimentou todos os presentes e disse que as comemorações do 25 de Abril tinham sido há uns dias atrás e que, numa das reuniões que tinha tido com o senhor Vereador Humberto, alguém tinha sugerido que a Junta de Freguesia da Matriz, deveria naquele ano, tomar conta do apoio logístico da situação. De seguida elogiou todas as pessoas, que independentemente da cor política e sem nenhum tipo de ganho, tinham ajudado, todos aqueles que tinham participado nas ditas comemorações.-----

Salientou que tinha sido bonita a forma como as coisas tinham funcionado. Realçou o seu contentamento pelo espírito do chamado 25 de Abril, o espírito de união, existente/desenvolvido naquelas comemorações. -----

Afirmou que seria com aquele tipo de atitudes que Abril seria sempre lembrado. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** agradeceu, em seu nome e em nome da nova comissão política concelhia do PPD/PSD, as palavras que lhes tinham sido dirigidas. Disse que estavam disponíveis, como sempre tinham estado, para lutarem pela sua terra e para contribuírem que esta e o concelho, fossem para a frente, positivamente. Disse para não esperarem da sua comissão política radicalismos; que esperassem sugestões, um trabalho digno, um trabalho sincero, com o objetivo de melhorar Borba. Salientou a disponibilidade para aquele trabalho. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e dirigiu uma saudação especial a quem assistia, em Portugal e no mundo, via Web, àquela sessão da Assembleia Municipal. Agradeceu o esforço que tinha sido feito pelos colaboradores



daquela casa, da CIMAC e da ADRAL, o trabalho que tinham tido para que aquela emissão da sessão da Assembleia pudesse ser emitida via Web, para que pudessem “entrar nas casas das pessoas”. *Se Maomé não vai à fonte, vai a fonte a Maomé - disse.* -----

Relativamente às intervenções que tinham sido feitas, no período antes da ordem do dia, em relação às piscinas municipais, propôs que tais pormenores fossem respondidos no ponto das atividades da câmara. -----

Disse que estava contente por ver a assembleia com aquele ar bem-disposto. -----

Relativamente à questão levantada pela senhora presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu informou que ele tinha sido daqueles que, desde o primeiro dia, tinha sido contra a extinção de qualquer Junta de Freguesia. Disse que o “tal” Documento Verde era uma forma de iludir a população. Em sua opinião era um documento político, perfeitamente controlado, feito por técnicos. Referiu que o que mais o irritava era que, por detrás de análises técnicas, se tomassem decisões políticas. Quando se falava de política tinha que se falar de peito aberto, sem medo, evitar socorrer-se de estudos que, muitas vezes, eram encomendados, para depois se tomarem decisões políticas. -----

Afirmou que, naquele momento, relativamente ao Documento Verde e no que respeitava às Freguesias, as coisas ainda não estavam tão claras como queriam parecer. Reafirmou que era “redondamente” contra aquele documento. Disse que, no país, o que um dia era verdade, no dia seguinte seria mentira. Portanto, não tinha ideia do que realmente iria acontecer ao número de freguesias a extinguir. Referiu ter ficado com aquela ideia após uma reunião que tinha tido com o senhor Secretário de Estado da Administração local, na CIMAC. Disse à senhora presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu que a inquietude dela não estava resolvida. Na sua opinião deveria manter-se inquieta e o abaixo-assinado deveria ser feito e enviado. -----

Afirmou que, independentemente da decisão que o governo pudesse vir a tomar, a população da freguesia de S. Bartolomeu deveria demonstrar o seu total descontentamento pela extinção da sua freguesia. Reafirmou que o povo deveria ser sempre ouvido e que havia



necessidade de serem tomadas atitudes firmes no sentido de evitar o retrocesso a tempos como aquele que tinha sido o período antes do 25 de Abril de 1974. -----  
Disse que ainda não tinha ido às piscinas porque aquela câmara não tinha assessores, nem adjuntos, não tinha staff, como algumas que por ali existiam. -----  
Quanto ao arranque do Novo Centro Escolar disse que, infelizmente, a escola já poderia estar a funcionar. E tal situação não tinha acontecido porque, nalguns casos, a razão tinha razões que a razão desconhecia. Mas uma das razões tinha sido a forma como todo o processo tinha sido conduzido e o visto por parte do tribunal de contas. -----  
No que respeitava às festas disse que todas as que tinham sido feitas tinha sido com os escassos recursos que tinham. Que seria um orgulho abrir o novo Centro Escolar. Haveria festa, mas dentro das limitações existentes, porque o dinheiro era escasso. -----  
Relativamente ao 25 de Abril, disse ao senhor deputado António Anselmo que tinha notado, ao longo dos anos, uma maior empenho por parte das associações que com eles trabalhavam, o que era muito bom. Quanto maior fosse o envolvimento da população melhores seriam as comemorações do 25 de Abril. -----

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Análise conducente à aprovação da ata nº.15 da Sessão Ordinária de 30 de dezembro de 2011.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão.-----  
Não havendo inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesma sido aprovado por maioria, com **16 votos a favor e 3 abstenções**. -----

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Análise conducente à aprovação da ata nº.16 da Sessão Ordinária de 10 de fevereiro de 2012.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. -----



Não havendo inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **18 votos a favor e 1 abstenção**. -----

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstrações de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** cedeu a palavra ao senhor presidente da Câmara. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a sua intervenção na discussão daquele documento de Prestação de Contas seria uma intervenção política. Tecnicamente, tinham ali o senhor Chefe de Divisão para prestar os esclarecimentos que fossem solicitados. -----

Disse ser demasiado otimista e acreditar no futuro e que entendia que o êxito, em termos futuros, dependia do presente. Referiu ser nesse sentido que tinham vindo a trabalhar, embora soubessem que a crise económica e financeira que tinha atingido o país, a Europa e o mundo, tinha sido um grande entrave para aquilo que gostariam de ter feito.-----

Referiu que, atendendo a todas as limitações, leis que tinham saído, tinham feito o que tinha sido possível fazer, no entanto, estavam conscientes que muito mais havia para fazer. Havia, ainda, um longo caminho a percorrer. -----

Disse que no ano de 2011 tinham assistido a grandes atropelos ao Poder Local Democrático. Referiu ser daqueles que entendia que ou havia entendimento urgente, ou os municípios caminhariam para o abismo. O Poder Central, ao longo dos anos, tinha-se servido dos municípios para sacudir “a água do capote”, transferindo para os municípios aquilo que não lhe agradava e nunca acompanhado dos necessários pacotes financeiros.----

Realçou que era urgente, importante, imprescindível que houvesse entendimentos a todos os níveis, quer internamente, a nível do país, quer a nível externo, europeu, no sentido de se



encontrarem as melhores soluções. -----

Salientou que o que estava na moda, no momento, era dizer que a culpa era das decisões da TROIKA. Que os municípios tinham sido obrigados a contribuir para tal diminuição do deficit, imposição essa feita pela TROIKA. Referiu que o presidente da ANMP dizia uma coisa, mas por vezes o seu comportamento era contrário àquilo que dizia, acrescentando que tal era normal nuns políticos, noutros não o era, e, nele, não o era mesmo. -----

Afirmou que estava lá para trabalhar, apesar daquelas limitações todas. Acrescentou que o executivo tinha trabalhado com empenho, motivação, dedicação, sempre com o objetivo de modernizar os serviços e desenvolver o concelho, indo de encontro à tal Visão Estratégica que tinha sido definida "***Borba, um concelho competitivo, coeso, sustentável e inovador, que seja uma referência de desenvolvimento no Alentejo***". -----

Referiu que tinham sido definidas cinco linhas estratégicas de desenvolvimento, as quais constavam nos documentos que tinham sido distribuídos pelos senhores deputados e informou que, posteriormente, também estariam disponíveis na Internet. -----

Realçou que, apesar de todas aquelas limitações, mantinham grande determinação em continuar o rumo que tinham traçado, apesar de remarem muitas vezes contra a maré. E um exemplo disso era a tal "malfadada" lei dos compromissos. -----

Disse que o *Relatório de Contas/Gestão* estava feito de acordo com as normas do POCAL. ----

Referiu que a empresa que continuava a dar apoio era a MEDIDATA. -----

Relativamente a *Receitas e Despesas* disse que, a nível de receitas, segundo as análises dos documentos, o município tinha angariado cerca de oito milhões de euros (8.000.000,€), em receitas totais, distribuídos 74% por receitas Correntes e cerca de 25% por receitas de Capital. No que se referia às despesas o montante era de sete milhões e quinhentos mil euros (7.500.000,€), tendo sido distribuído 74,07% por despesas correntes e cerca de 25% por despesas de capital. Em termos de taxas de execução, no que se referia às Receitas, tinham uma taxa de execução na ordem dos 58%, no que se referia ao orçamento da Despesa, na ordem dos 53,5%. -----



Relativamente à atividade desenvolvida no ano de 2011, disse ter sido daqueles que tinha dito que, efetivamente, se podia ter feito muito mais do que tinha sido feito. -----

Pegando nas linhas estratégicas de desenvolvimento, projetadas para o concelho de Borba, no que se referia à **1ª Linha Estratégica “Projetar o desenvolvimento do Concelho”**, disse que, no que se referia à *Modernização Administrativa*, eram daqueles que ocupavam a linha da frente. Realçou que tudo aquilo se devia a quem se tinha empenhado em dizer sim na devida altura, que os projetos se deviam executar e, por outro lado, aos trabalhadores da autarquia, aos colaboradores, que tinham sido incansáveis no sentido de levarem para diante as metas definidas em termos de modernização dos serviços. -----

Relativamente à Promoção do Concelho fez referência ao importante Projeto URBAL, o qual tinha contribuído muito, não só para a promoção do concelho no mundo, mas também, para algumas mudanças internas dos serviços. -----

Lamentou o facto de o *Programa Estratégico de Regeneração Urbana de Borba – Borba – Regenerar*, que já vinha do tempo do governo do PS, e que se tinha estendido pelo do PSD, continuar à espera que se respondesse a uma reprogramação há muitos meses. Realçou que aquilo era lamentável. -----

**2ª Linha Estratégica – “Afirmar uma Educação de Excelência”** -----

Referiu a Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira e Centro Escolar como exemplo do esforço feito por parte do executivo, em relação àquela linha estratégica. Salientou todo o trabalho feito antes das obras se iniciarem, o qual, por vezes, não era sabido, nem entendido pelas pessoas. -----

**“Afirmação do Protocolo de Delegação de Competências”** -----

Referiu todo o trabalho desenvolvido, quer a nível dos transportes escolares, das cantinas, da promoção da leitura, quer ao nível das atividades de enriquecimento curricular. Salientou todo o empenho mantido com os serviços regionais da educação. Disse que raramente as contas dos técnicos da autarquia, estavam de acordo com as contas dos técnicos da DREA. -----



Referiu que o ser eleito era diferente do ser nomeado, pois os nomeados por vezes tomavam decisões não muito corretas com o programa eleitoral apresentado. -----

### **3ª Linha Estratégica – “Promover a Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Sustentável”**-----

Disse que existiam ali algumas coisas, as quais tinham sido colocadas de lado. Exemplificou com “O Centro de Teatro Tradicional do Alentejo”, “O Museu das Profissões”. ---- Salientou que os municípios quando trabalhavam em parceria tinham resultados bastante positivos e exemplificou com o programa cultural em rede “TEIAS”. Liderado pela Câmara de Évora tinha permitido trazer a Borba espetáculos e formação, o que noutros tempos não tinha sido possível trazer. Afirmou ter pena que as pessoas não tivessem usufruído daquele tipo de espetáculos, quer mesmo de ateliers de áreas de formação, que tinham acontecido em Borba. -----

Salientou o êxito da Unidade Móvel de Saúde, a qual permitia prestar cuidados de saúde primários junto da população, essencialmente idosos, minimizando assim as suas dificuldade relativamente ao transporte para se deslocarem à sede de concelho ou de freguesia. -----

Relativamente aos Planos de Ordenamento, referiu o trabalho tido pelos técnicos da casa com o Plano de Pormenor da Santa Bárbara, Plano de Pormenor de Apoio à Ecopista, Alteração do Plano Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo. -----

### **4ª Linha Estratégica – “Desenvolver a Coesão e a Justiça Social”**-----

Referiu algumas “regalias”. Referiu-se ao *Cartão Municipal do Idoso*, que permitia que muitas daquelas pessoas pudessem usufruir, quase gratuitamente, de aulas de hidroginástica, na piscina coberta municipal. -----

O importante trabalho realizado através de várias ações desenvolvidas com a população, através dos *Contratos Locais de Desenvolvido Social*, as quais tinham sido um êxito. -----

### **5ª Linha Estratégica – “Potenciar o Turismo, a Competitividade, a Inovação e o Empreendedorismo”**-----

Salientou o Provere, o qual, infelizmente, era outro mau exemplo em termos do QREN, e



explicou o que se passava. Disse que aquele projeto era o exemplo do que se passava em outros projetos da mesma natureza. Disse ser vergonhosa a forma como era conduzida aquela estratégia de eficiência coletiva. -----

Quanto à Festa da Vinha e do Vinho do ano de 2011 referiu ter sido feito o que era possível ser feito, estando quase no sustentável. Tinham razão quando diziam que poderia ter sido melhor, mas antes existiam os apoios dos fundos comunitários que entretanto tinham terminado. Explicou que existiam diversos fatores que tinham originado algumas contenções em determinados aspetos. -----

Referiu uma outra estratégia no âmbito do Corredor Azul, a qual tinha que ver com *A Recuperação do Plano da Muralha e Abertura da Porta do Castelo*, que fazia parte do “tal” regenerar, e que nunca mais conseguiam concretizar devido aos “entraves” colocados. ----

A Nível do Pavilhão de Eventos disse que, no ano 2011, já tinham sido realizados mais atividades e que pensava que em 2012 se pudessem realizar ainda mais eventos, pois existia a previsão para a realização de diversas atividades. -----

Salientou que continuavam a trabalhar com determinação, calma e exigência, o que tinha feito com que tivessem tido aquele desempenho. Referiu não serem daqueles que achavam que faziam sempre tudo bem e que estavam ali para apreender desde o primeiro dia. Realçou que a mesma determinação com que o executivo tinha entrado ali, no primeiro dia, seria a mesma determinação com que saíria no último dia. -----

Relativamente à Execução Orçamental disse que já tinha sido tudo dito.-----

Em relação ao PPI e GOP´S disse que o que estava ali nem sempre refletia o trabalho que tinha sido feito. -----

Em termos de PPI, o valor executado era à volta de 17%; em termos de GOP`S era de 30%. Referiu que aquilo era o que tinha sido possível fazer. -----

No que se referia à Execução da Política Orçamental disse que todos os dados tinham sido distribuídos pelos senhores deputados. Que a sua estratégia tinha sido sempre a de tentar



rentabilizar o mais possível. Acrescentou que tinham problemas com a dívida de curto prazo, a qual não tinha que ver com dívida a fornecedores, mas com a dívida a bancos. -----  
Afirmou que a câmara de Borba tinha sido empurrada, pressionada pelo governo para executar obras. Referiu que se corria o risco de se devolverem uns milhares de milhões de euros do QREN por incompetência. Das câmaras decerto que não seria. O futuro iria julgar aquele quadro comunitário e os culpados seriam encontrados. -----  
Informou que todo o trabalho desenvolvido tinha sido no sentido de controlar, ao máximo, a despesa e apurar o máximo de receita. Só assim tinha sido possível apresentar ali, naquele dia, aquelas contas. -----  
Disse que, para aqueles que gostavam muito de Indicadores de Gestão, o resultado líquido do exercício era de trezentos e cinco mil euros (305.000,00€), os proveitos operacionais noventa e um mil euros (91.000,00€), os meios libertos cerca de dois milhões de euros (2.000.000,00€), rentabilidade dos fundos próprios 1,87%; rentabilidade do ativo 0,13%. Relativamente ao domínio financeiro informou que era de 37%. Rentabilidade Económica 1.18%; Fundo Maneio 27,8%. Realçou que todos aqueles valores estavam devidamente justificados nos documentos distribuídos aos senhores deputados municipais. -----  
Disse esperar que o governo pudesse transformar aquela dívida de curto prazo a dívida de medio e longo prazo, porque o que estava ali, era dívida a bancos, factoring, e não a fornecedores, como tantas vezes era dito pelas pessoas e até em órgãos da comunicação social. -----  
Realçou a alta qualidade técnica daquele documento e disse que esperava que os digníssimos deputados municipais tivessem tido a oportunidade de o puderem analisar. -----  
----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que iria começar pela parte final da intervenção do senhor presidente, pois não tinha entendido, quando o senhor presidente tinha dito que não entendia de números, e agora tinha dito que aquele documento tinha uma alta qualidade técnica. Acrescentou que ainda não tinha conseguido compreender aquela capacidade do senhor presidente. -----



Disse que iria referir duas notas muito breves e acrescentou que a sua preocupação era o concelho. -----

Referiu achar extraordinário que o senhor presidente tivesse dito que a Troika não tinha vindo fazer nada de especial a Portugal. Desabafou dizendo, “*francamente senhor presidente, quem trouxe o dinheiro para Portugal, quem evitou a bancarrota em Portugal, quem foi?*”. De seguida disse que parecia estar na moda dizer mal da Troika. Ele próprio não concordava com tudo o que a Troika tinha determinado, contudo achava que deveria existir alguma contenção quando se dizia que ela não tinha vindo cá fazer nada, e sobretudo o senhor presidente, que era militante do PS, partido esse que tinha negociado o memorando de entendimento com a Troika, partido esse e que quase tinha levado Portugal à bancarrota. -----

O segundo aspeto tinha que ver com a lei dos compromissos. Referiu que tinha procurado acompanhar e tinha registado, e pensava que o senhor presidente também o devia fazer, era que uma das pessoas que sempre tinha defendido aquela lei não era suspeito de ser militante do PSD nem do PP. Disse estar a falar do presidente do Tribunal de Contas, o senhor Dr. Guilherme Oliveira Martins. Realçou ser ele um dos defensores da Lei dos Compromissos. -----

Disse que a intervenção do senhor presidente não lhe tinha trazido nenhuma novidade. No que respeitava à questão da Taxa de Execução, disse que o argumento do PSD era conhecido, que aquilo só vinha dar razão àquela que tinha sido, sempre, a posição do PSD: quanto mais cuidado houvesse na elaboração, maior seria a taxa de execução. Acrescentou que, por vezes, era necessário dar ouvidos à oposição, nomeadamente ao PSD. -----

Referiu que uma outra situação que os preocupava, e que era focada no Relatório de Gestão, tinha a ver com autonomia financeira da câmara. A forma como a câmara iria conseguir assegurar compromissos futuros. -----

Disse ao senhor presidente que tinham sido confrontados com um quadro de pagamentos em atraso, o qual era composto por 63 páginas, de elevada qualidade técnica, onde



constavam muitos fornecedores locais, com dívidas do ano 2006/ 2007/ 2008. De seguida perguntou se os pagamentos agora estavam a ser feitos a 30 dias, como é que seriam feitos aqueles. Perguntou se estavam a ter algum tratamento especial. Estavam a ser esquecidos, ou a situação estava devidamente salvaguarda. -----

Seguidamente falou no Prazo Médio de Pagamento mencionado naquele documento, elaborado pelo próprio município de Borba, no qual estava referido que no último trimestre de 2011 o número de dias tinha sido de 846 dias. Referiu que pensava que o senhor presidente não duvidava do número ali apresentado. -----

Disse que, juntamente com a questão dos fornecedores, a qual era motivo da sua preocupação, também poderiam falar no endividamento global, o qual era superior, naquele momento, ao total de receitas arrecadadas pela câmara durante um ano. Salientou a sua preocupação com os compromissos futuros daquela autarquia, pois, não sabia como é que a câmara conseguiria assegurar aqueles compromissos no futuro. -----

Referiu que tinha reparado no resultado líquido positivo, mas depois também tinha feito uma análise mais aprofundada, e relativamente às receitas, a nível das transferências correntes, tinha havido um aumento de quatrocentos mil euros; a nível de transferências de Capital, tinha havido um aumento de duzentos e cinquenta mil euros; a nível da despesa, tinha havido um aumento, entre transferências correntes e de Capital, de 200.000 € (duzentos mil euros). Disse que estavam a falar em mais 650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros), ao nível da receita, mais 200.000€ (duzentos mil euros), ao nível da despesa, portanto o número positivo estava ali encontrado. -----

Finalizou dizendo que nem ele, nem nenhum dos seus companheiros de bancada, eram profetas da desgraça, não queriam o mal para o seu concelho, queriam sim, que o executivo socialista, quando elaborasse o orçamento, elaborasse um orçamento real, para depois fazer o brilharete de apresentar taxas de execução já na ordem dos 70/ 80 ou 100%. Mas para isso o documento teria que ser elaborado com mais rigor, para que pudesse ser cumprido da melhor maneira. -----



----- **A deputada Filipa Almeida** desejou boa noite a todos os presentes e a todos os ouvintes que acompanhavam a sessão via Web. Disse que talvez aquela novidade servisse para afinar a linguagem ali utilizada. -----

Afirmou não saber se o ambiente que se vivia ali, de boa disposição, seria devido à transmissão via Web. Parecia que aquele meio de comunicação já tinha servido para polir um pouco o ambiente da Assembleia Municipal, mas adiantou que a Assembleia Municipal de Borba tinha que continuar a ser a Assembleia Municipal de Borba, com a sua linguagem, com a sua apreciação, com as suas divergências e concordâncias também, quando as houvesse. -----

Referiu que não iria fazer uma apreciação técnica daquele documento pois, como era sabido por todos, não era a sua área de especialidade. Havia mesmo páginas que não tinha lido, pois o documento era muito extenso. Disse que a sua apreciação seria uma apreciação política. Afirmou não sabia se o documento era de elevada qualidade técnica e que não fazia afirmações sobre coisas que desconhecia. Mas confiava que fosse de qualidade. -----

Disse que iria basear a sua intervenção numa avaliação política que a CDU tinha feito aos documentos da prestação de contas. Acrescentou que uma parte daquela intervenção iria ser lida porque, naquele caso, seria mais fácil para quem ouvia e para quem lia. -----

Realçou que aquela apreciação era o resultado de um trabalho conjunto dos eleitos da Assembleia Municipal pela CDU e do Vereador da CDU com assento na Câmara Municipal, o qual já tinha tido oportunidade de deixar, na reunião de câmara, a sua apreciação sobre aqueles documentos. -----

Passou, em seguida, à leitura da sua intervenção: -----

*“Os documentos de prestação de contas do ano de 2011 demonstram bem a situação financeira complicada em que o município se encontra. -----*

*A falta de uma estratégia de desenvolvimento coerente e consistente para o concelho, aliada a uma gestão pouco criteriosa em termos de definição de prioridades e pouco prudente na*



*realização dos investimentos, assumindo compromissos para além da capacidade financeira para os satisfazer atempadamente, colocaram Borba como um dos concelhos mais endividados e com prazos médios de pagamento mais dilatados a nível nacional. -----*

*O município de Borba passa hoje por grandes dificuldades financeiras e o futuro não se vislumbra nada sorridente. À má gestão que levou à rutura financeira do município, junta-se uma crise económica que veio para ficar e agora também um governo apostado em destruir o Poder Local Democrático, criando dificuldades sobre dificuldades, procurando retirar toda a autonomia existente e criando todo o tipo de constrangimentos ao seu regular e normal funcionamento. -----*

*Os Documentos de Prestação de Contas agora apresentados a esta Assembleia são a confirmação de tudo o que vínhamos dizendo há vários anos: a falta de sustentabilidade dos investimentos feitos, a corrida desenfreada a obras candidatas sem garantia do respetivo financiamento nem da contrapartida municipal. O aceitar de todo o tipo de acordos e protocolos com o poder central sem as respetivas contrapartidas financeiras, arrastaram o município para uma situação muito debilitada. -----*

*Esta situação financeira, pelos encargos assumidos, não permite hoje desenvolver nem concretizar novos projetos; por outro lado, não tem permitido colocar em funcionamento nem dinamizar os equipamentos existentes. Pela mesma razão deixaram de ser realizados alguns eventos e foram reduzidos os apoios ao movimento associativo bem como às Juntas de Freguesia. -----*

*Mas mesmo reduzindo a atividade, reduzindo os apoios, aumentando as taxas e aplicando novos impostos, a atual maioria não tem encontrado soluções para os problemas criados, uma vez que a situação de endividamento teima em manter-se e, como se demonstra na análise dos números, a redução da dívida, apesar do Sr. Presidente dizer que muito tem feito para isso, continua a ser pouco expressiva. -----*

*O orçamento inicial apresentado para o ano de 2011 foi de 15.900.000,00€ (Quinze milhões e novecentos mil euros), vindo depois a ser corrigido, para atingir melhores taxas de execução,*



*para um total de pouco mais, de 14.000.000,00€ (Catorze milhões de euros). -----*

*Deste valor, a receita atingiu uma execução de 57,9%, revelando que não basta colocar os números nos orçamentos para o dinheiro aparecer. -----*

*Por seu lado, a despesa apresenta uma execução de 53,5%, com pagamentos efetuados no montante de 7.500.000,00€ (Sete milhões e quinhentos mil euros), números aproximados, também bem longe dos valores previstos inicialmente. -----*

*O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução que não chega aos 17%, o que revela bem a falta de atividade e dinamismo provocada pela falta de recursos. -----*

*As Grandes Opções do Plano apresentam uma execução de pouco mais de 29%. -----*

*Apesar da situação de crise, o município de Borba, no ano de 2011 apresenta um crescimento na receita corrente de 7,05% relativamente ao ano de 2010, devido ao crescimento das receitas provenientes da cobrança dos “Impostos Diretos”, “Taxas, Multas e Outras Penalidades” e “Transferências Correntes”. As receitas de capital também cresceram 8% relativamente ao ano de 2010. -----*

*Assim, não parece que a crise económica tenha tido grande influência, uma vez que a receita total do município até cresceu mais de 600.000€ (Seiscentos mil euros) relativamente ao de ano de 2010.-----*

*Estranho é que, quando se faz um esforço no caminho da contenção da despesa, como o Sr. Presidente tem reafirmado, a despesa corrente cresça em vez de diminuir. -----*

*A dívida a instituições de crédito diminuiu cerca de 700.000€ (Setecentos mil euros), situando-se em 6.475.000,00€ (Seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil euros), enquanto a dívida a terceiros cresceu cerca de 410.000€ (Quatrocentos e dez mil euros) situando-se agora em 7.137.000,00€ (Sete milhões, cento e trinta e sete mil euros) -----*

*O prazo médio de pagamentos continua a aumentar e apresenta-se agora com 846 dias, enquanto em 2010 era de 751 dias. -----*

*Relativamente à dívida total, durante o ano de 2011 diminuiu cerca de 290.000€ (duzentos e*



noventa mil euros), o que é muito pouco face às necessidades de equilibrar as finanças do município". -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que era lamentável que eles, maioria, tivessem estado a ouvir aquelas coisas, que para algumas até poderia haver razão e que ninguém do PS tivesse dito coisa alguma. Referiu que havia um assumir político da situação, o qual seria resolvido em Outubro de 2013 e acrescentou que, se tinham errado alguma vez, tinham era que assumir os erros, não tinham que ser os outros a dizer que estavam errados, só por estarem mal, porque eles tinham falhado, mas tinham tempo de corrigir aquilo em que tinham falhado. -----

Disse que tinham de ser verdadeiros e respeitar a opinião de cada um. Referiu que eles, maioria, tinham sido votados pela maioria dos Borbenses, havia 10 anos, e que tinham assumido aquela responsabilidade de defender os interesses do concelho. -----

Pedi ao senhor Chefe de Divisão que lhe explicasse uns valores que estavam nos documentos e que eram referentes a " Certidão de receita do Governo de Portugal - Ministério da Educação e Ciência – Évora" – Refeições do 1º Ciclo 17.000,00€ (Dezassete mil euros); Atividades de enriquecimento curricular 65.000,00€ (Sessenta e cinco mil euros); " Gabinete de Gestão Financeira – Lisboa" – Educação Pré-escolar 46.000,00€ (Quarenta e seis mil euros), 1º Ciclo, a nível de pessoal 63.000,00€ (Sessenta e três mil euros). Perguntou quantas pessoas existiam lá a trabalhar, na educação pré-escolar. Se o pessoal não docente eram 22 pessoas. -----

Perguntou se, atendendo ao valor que estava ali mencionado, e ao que a Junta de Freguesia pagava para as escolas, não seria possível distribuir aquelas verbas de uma outra forma. ----- Terminou dizendo que quem mandava naquela assembleia era a maioria, a qual tinha sido eleita pela maioria do povo borbense. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** pediu ao deputado António Anselmo que repetisse a pergunta. -----

----- **O deputado António Anselmo** repetiu a questão -----



----- **O chefe de Divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e de seguida disse que a 1ª certidão de receita da DREA era aquilo que a lei tinha determinado que o município tinha a receber de receita por despesa que tinha suportado com uma série de atividades, nomeadamente com as atividades de enriquecimento curricular, Auxiliares de Educação Educativa, refeições e prolongamentos de horário de funcionamento, transportes escolares, e verbas correspondentes as alterações do beneficiário. O que aquela certidão atestava era que o município, no ano de 2011, tinha recebido 118.000,00€ (Cento e dezoito mil euros), para executar aquelas atividades, que eram tarefas que estavam inscritas nas competências do município. Disse ao deputado António Anselmo que, se a questão era se aquilo que o município tinha recebido conferia com as despesas que tinha tido, lhe respondia que não. -----

----- **O deputado António Anselmo** perguntou para que tinha servido o valor de 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros), recebido para as atividades de enriquecimento curricular. Aquele valor servia exatamente para quê. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que tinha servido para que o município tivesse contratado ... -----

----- **O deputado António Anselmo** (interrompendo) ... perguntou se tinha servido para todas as partes, ensino pré-escolar, 1º ciclo e qual tinha sido o valor atribuído a cada uma das partes. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** (continuando) .... Disse que tinha sido para todas as partes e perguntou o porquê daquela dúvida, pois não estava a entender. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... disse que a pergunta tinha sido clara. Tinha sido perguntado qual tinha sido a divisão relativamente ao que estava na certidão da DREA. -----

De seguida cedeu a palavra ao senhor presidente da Câmara. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que havia ali umas confusões, que câmara era câmara e que Junta de freguesia era Junta de freguesia. -----



----- **O deputado António Anselmo** (interrompendo) ... disse que a lei geral dizia que a Junta de Freguesia era responsável pelo pagamento dos materiais de limpeza e materiais didáticos para as escolas e afirmou saber o valor que a Junta de Freguesia da Matriz estava pagar, daí a sua pergunta. Porque, havendo tanto dinheiro, perguntou se não seria possível ser distribuído de outra forma. -----

----- **O vereador Humberto Ratado** desejou boa noite a todos presentes e a todos aqueles que estavam a ouvir pela nova modalidade tecnológica Web. Disse que existia, efetivamente, uma responsabilidade das Juntas das Freguesia para com o pré-escolar e o 1º ciclo, no que diz respeito a materiais de expediente e materiais de limpeza. Esta responsabilidade faz parte da lei para com as Juntas de Freguesia. -----

Todos os montantes que o senhor deputado António Anselmo fez referência, estão destinados para despesas relacionadas com as AECE'S; prolongamento de horários; J.I, e, também à transferência de competências do pessoal não docente da EB 2,3, não sendo possível dar outro destino àquelas transferências de verbas. -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que tinha perguntado claramente as coisas. Se o município tinha recebido todo aquele valor e se a Junta de Freguesia ainda tinha que suportar mais um determinado valor, não seria possível ajudar a Junta de Freguesia a suportar o valor que lhe tinha sido estipulado. -----

De seguida disse que tinha contactado várias câmaras, as quais o tinham informado que a média do valor que tinham gasto era de 13/14€ por aluno, enquanto ele estava a gastar, naquele momento, mais de 20€ por aluno, só em materiais de limpeza. Realçou que aquela assembleia tinha de ter conhecimento daquele assunto. Disse aceitar que houvesse menos dinheiro, mas perguntou como é que a escola se tinha aguentado com 14€ até ao ano de 2010 e, naquele momento, queria 20€. Saliu que aqueles valores estavam a ser muito difíceis de suportar pela Junta de Freguesia e, ao ver ali aqueles valores recebidos pelo município, pensava que as coisas poderiam ser diferentes. -----



----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que ia dar um pequeno esclarecimento para que não existisse confusão. A Receita do Gabinete de Gestão Financeira, a 2ª certidão de receita, dizia respeito única e exclusivamente ao protocolo de descentralização de competências, respeitava àquilo que a câmara tinha pago ao pessoal que tinha a funcionar nas escolas, aquele que era do Ministério de Educação e tinha passado para a Câmara, que era 506.000,00€ (Quinhentos e seis mil euros). Referiu que o outro valor da DREA 118.000,00€ (Cento e dezoito mil euros) tinha sido das outras 3 atividades, aquela sim era distinta. -----

----- **O deputado Rogério Pécurto** desejou boa noite a todos e disse que, relativamente às contas, congratulava o executivo da câmara e os técnicos que tinham apresentado aquele documento, pois já tinha sido dito ali, pela oposição, em termos de “chalaça”, que era um documento técnico bem apresentado. Mas o facto era que, realmente, aquele documento era de muita boa qualidade. De seguida explicou a sua afirmação. -----

Disse que na generalidade as despesas tinham sido reduzidas em cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros), sem contar com as amortizações que, de facto, eram custos do exercício e não despesa, e que as receitas tinham aumentado apenas 70.000,00€ (Setenta mil euros). Disse que o valor de 37% da autonomia financeira era muito bom. -----

Disse pensar que o executivo estava no bom caminho e de seguida deu os parabéns ao executivo e aos técnicos pelo documento apresentado. Referiu também o papel da ROC, a qual dava garantia das contas apresentadas. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** afirmou ter sido dos primeiros deputados a elogiar a qualidade técnica dos documentos. Referiu que a “chalaça” que tinha feito tinha sido com a intervenção do senhor presidente, o qual ainda não era deputado, mas que poderia vir a sê-lo, numas próximas eleições. -----

Disse que queria que ficasse ali bem claro que ele não tinha colocado em causa a qualidade técnica, nem o trabalho dos técnicos, naqueles documentos. -----



Disse à senhora deputada Filipa que não via problema algum em que, de vez em quando, o trabalho do executivo fosse elogiado e que, tal facto, não poderia ser relacionado com a transmissão da sessão via Web. Disse que não podia elogiar a câmara no que respeitava à abertura das piscinas, sem que elas estivessem abertas. Logo, quando a situação ficou resolvida, a ele, como defensor que sempre tinha sido, e em nome da coerência política que julgava praticar, não lhe ficaria bem se não elogiasse o executivo pela abertura daquela obra/equipamento. -----

Disse à deputada Filipa Almeida que a posição do PSD iria continuar ser a mesma, iriam continuar vigilantes. Acrescentou que tinha concordado com alguns pontos da intervenção da senhora deputada. -----

Salientou que o elogio emitido ao executivo pela abertura das piscinas tinha sido em nome da coerência política. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que não ia tecer qualquer tipo de comentários em relação ao documento técnico apresentado, porque não era uma área onde ele se sentisse muito à vontade. Referiu que estavam ali a falar de uma evolução e de um trabalho que se tinha vindo a realizar desde o ano de 2001 até ao ano de 2011. Salientou que aquele executivo estava a realizar um programa político, já sufragado por 3 vezes pela população de Borba e que o documento ali apresentado era prova daquilo. -----

Referiu que nem tudo o que tinha sido apresentado pelo executivo no seu programa eleitoral tinha sido possível concretizar e que tal tinha sucedido devido às más contingências, dificuldades. Mas achava por bem que as pessoas se relembrassem de tudo o que aquele executivo tinha feito. -----

Afirmou que gostaria que ficasse ali claro que o esforço que tinha sido feito, de contenção, de reorganização e de apresentação, de qualidade e de tudo o que estava ali, era notável. Disse que as análises políticas ficavam para quem as fazia, os números poderiam ter o que cada um quisesse, em termos de interpretação. -----



----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que tinha gostado muito das interpretações que tinham sido feitas do documento em questão. -----

Referiu que iria procurar responder a todas as questões levantadas de uma forma sintética. Disse ao senhor deputado Benjamim Espiguinha que não era técnico, mas uma das suas características era o gosto de aprender com os mais velhos; não era técnico mas gostava muito de ouvir os técnicos e ouvia-os com muita atenção e normalmente aprendia com alguma facilidade. Naquele caso tinha ouvido muito os técnicos, nomeadamente a ROC, e tinha percebido muito bem a qualidade técnica daquele documento. A análise que ele fazia do documento era uma análise política. Relativamente à questão da Troika disse que não iria ali discutir como é que a Troika tinha vindo para Portugal e porque tinha vindo pois aquilo implicava outras questões. -----

Quanto à Lei dos compromissos referiu que não tinha nada a dizer sobre quem a tinha defendido. De seguida mencionou a célebre frase filosófica "faz o que eu digo, não faças o que eu faço". Referiu que ficava por ali. -----

Salientou que quem tinha denegrado a imagem das autarquias tinham sido os sucessivos governos, aliados a comentadores políticos e órgãos de comunicação, com o consentimento da ANMP, que tanto diziam uma coisa como diziam outra, dependendo das situações em que encontrassem. Realçou que não podia permitir que o englobassem, a ele, dentro do mesmo saco dos outros, que em nada tinham dignificado o Poder Local. -----

Disse ao senhor deputado Benjamim que o que tinha dito tinha sido que, embora nos documentos aparecessem oitocentos e tal dias de prazo médio de pagamento, aquelas dívidas não eram aos fornecedores, aquelas dívidas tinham sido incluídas no factoring. -----

Disse que tinha tido todo o gosto em desempenhar a suas funções, investido e chefiando aquela equipa que tinha criado algum endividamento; que não valia a pena estar ali "a chover no molhado" outra vez, a discutir porque é que ele tinha surgido, senão teriam que recuar e ver os compromissos assumidos pelos órgãos governamentais, que não tinham sido cumpridos, acrescentando que já tinha tido oportunidade de dizer ali a mesma coisa.



Afirmou que a dívida que apresentada se devia a compromissos que tinham sido estabelecidos entre os órgãos governamentais e o município, dos quais existiam documentos comprovativos, e os quais não tinham sido cumpridos. Exemplificou com uma situação passada. -----

Disse à senhora deputada Filipa Almeida que as suas divergências já tinham sido ali debatidas várias vezes. Disse que não podiam reduzir a despesa e ao mesmo tempo manter o mesmo dinamismo. Referiu que tinham que manter alguma contenção em termos de dinamismo. -----

Disse ao senhor deputado António Anselmo que, se a câmara este tivesse decidido terminar as AEC'S e a descentralização de competências de pessoal, no ano seguinte aquelas verbas não lhe seriam atribuídas. Aquelas verbas, ali descritas, serviam exclusivamente para as AEC'S e para a transferência de competências, acrescentando que aquelas verbas não chegavam. -----

Relativamente ao que tinha sido dito, e bem, sobre as despesas efetuadas com as escolas, no que lhe tinha sido atribuído no protocolo da descentralização de competências, disse que tinha razão quando tinha falado no valor gasto e que seria bom o agendamento de uma reunião com o senhor vereador e a direção da escola, para que fosse feita uma gestão mais rigorosa das despesas de que tinha falado. Referiu que na autárquica se tinha reduzido drasticamente naquela área da limpeza. Realçou que era necessário um controlo rigoroso, naquelas situações porque, por vezes, as pessoas quando efetuavam as limpezas, não seguiam os mesmos critérios de quando estavam nas suas casas. Salientou que não era uma crítica, mas por vezes havia a necessidade de se fazer um alerta. Realçou que deveria existir um esforço de todos os organismos, incluindo os que estavam dependentes do município, no sentido de uma maior contenção nos gastos. -----

Disse que a Câmara, conjuntamente com a Junta de Freguesia, se encontravam disponíveis para exigirem, junto da direção da escola, que os recursos fossem rentabilizados. -----

Disse ao senhor vereador que tomasse nota, para que fosse marcada uma reunião com a



direção da escola, para que aquela questão fosse resolvida. -----

Disse que tinha sido agradável ouvir as congratulações dirigidas pelo senhor deputado Rogério Pécurto e pelo senhor Presidente da Assembleia ao executivo. -----

Disse ter a certeza que, se aquele executivo que ali estava, naquele dia, fosse novamente a votos decerto iria ganhar com maioria absoluta. Não tinha dúvidas absolutamente nenhuma. Referiu que se o governo os deixasse candidatar novamente eles iriam ter, no final do mandato, saldada toda a dívida da câmara.-----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que era possível que o mapa da lista de pagamentos em atraso existentes a 31-12-2011 criasse algumas dúvidas entre os deputados. De seguida explicou o mapa, o qual tinha sido apresentado segundo as diretrizes da direção geral do orçamento. Disse que as colunas que ali tinham sido apresentadas eram unicamente as colunas que o manual de procedimento do orçamento tinha determinado. Na lista de pagamentos em atraso estavam todos os fornecedores que tinham faturas em dívida com data de emissão até 01-08-2011, mais ou menos. Porque a lei de compromissos de pagamentos em atraso tinha considerado que um pagamento em atraso a 31.12.2011 era um pagamento que após o prazo de vencimento da fatura, já tinha decorrido pelo menos 90 dias. Disse que as faturas em dívida do município não eram apenas as que estavam naquela lista. Referiu que estava um mapa nos Anexos, o qual se chamava “Calendário de Faturação a Pagar por Fornecedor” onde estava o nome do fornecedor e depois tinha calculado por prazo de pagamento em atraso desde a data de emissão, o montante a cada fornecedor. Disse que com aquele mapa era mais fácil saber a quem o município devia. Acrescentou que aqueles fornecedores que apareciam ali com faturas emitidas, por exemplo do ano de 2006, eram aqueles que tinham os pagamentos através dos contratos de factoring, não se devia ao fornecedor, mas sim ao banco. Acrescentou que aos outros fornecedores, o município tinha pago num espaço de 30 dias após a faturação. -----

----- **A deputada Maria João Lopes Cavaco** desejou boa noite e de seguida disse ao senhor



presidente que existiam ali uns pontos políticos do seu discurso para resolver. Referiu que gostava sempre de ler as suas mensagens, acrescentando que concordava com ele quando dizia que sempre tinha mantido coerência política. Afirmou que a oratória do senhor presidente estava cada vez mais requintada e que nunca era tarde para se evangelizar. Tinha percebido que o senhor presidente estava numa nova fase da sua vida. -----

Referiu que o senhor presidente tinha produzido, no seu discurso, uma afirmação, exclamação, a qual dizia “fomos muitas vezes obrigados a executar obras”, acrescentando que tinha faltado mencionar quem o tinha obrigado a executar aquelas obras. Decerto não teria sido Primeiro-ministro Passos Coelho, o qual só tinha 100 dias de governo. -----

Disse que, no dia anterior, tinha ouvido um camarada do senhor presidente, o Dr. Mário Soares, fazer a seguinte afirmação: “ eu disse ao Sócrates, tu tens de tomar uma decisão, e ele foi torto, torto e resistiu até ao fim”. De seguida disse que ao ouvir aquela afirmação se tinha lembrado do senhor presidente, principalmente na parte do torto, torto. -----

Afirmou que era uma defensora da intervenção e referiu que, se nada fosse feito, decerto em 2013 se estaria muito pior, tal como o deputado Benjamim tinha dito. Podiam não concordar contudo o que a Troika estava a fazer, mas a sua intervenção era necessária, porque se estava numa situação dramática. -----

Afirmou então que quem o tinha obrigado a executar aquelas obras tinha sido o governo de Sócrates pois, segundo ele, não havia crise, devia fazer-se investimento, executar, gastar. Acrescentou que aquele governo tinha feito aquilo não só no município de Borba, mas em vários municípios. -----

Salientou que eles tinham oferecido o que não podiam dar, daí a razão de o município de Borba não ter recebido as verbas que tinham sido acordadas e se encontrar naquela situação.-----

Disse que as autarquias deveriam ter controlado os seus custos e o seu investimento, referindo que o senhor presidente tinha sido levado também naquela “cantiga”. -----

Realçou que tudo aquilo era uma sequência de acontecimentos, que o passado não poderia



ser esquecido, que o que estava acontecer ao país já vinha acontecer com as autarquias, só que a situação das autarquias ainda iria ser mais difícil, porque elas tinham sido, durante muito tempo, o empregador número um dos munícipes. Segunda a sua opinião, as autarquias deviam era criar condições de empregabilidade. -----

Disse ao senhor presidente para ser coerente, porque a área dos eventos, da publicidade, era a área que mais quebra tinha tido, cerca de 80%. Tentar rentabilizar alguma coisa dentro daquela área seria impossível, porque a primeira coisa que se fazia, era cortar naquilo que se considerava excedentário. -----

Realçou que o orçamento deveria ser realista para que tivesse uma boa execução. Que existiam fatores gravíssimos, os quais o senhor presidente não poderia contornar. -----

Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor presidente "... não seja como o Marquês de Pombal". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que queria salientar 2 notas, uma quando o senhor presidente tinha dito que não podia voltar a candidatar-se; podia não ser certo, porque o que naquele dia era verdade, no outro dia podia já não ser, tendo em conta a coisas a que se assistia...!-----

A outra nota dizia respeito ao que a senhora deputada Maria João tinha dito relativamente aos 100 dias do governo PSD/CDS. O que o preocupava era serem só 100 dias, porque se faltassem só 100 dias estaria mais sossegado. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que adorava ouvir a senhora deputada Maria João Lopes. De seguida disse e afirmou que tinham sido muitas vezes incentivados a fazer obra. Disse à senhora deputada que já havia 10 anos que ele estava na câmara e que o Sócrates não tinha estado no governo durante todo aquele tempo. Referiu que se recuassem no tempo veria que antes de Sócrates tinha estado o senhor engenheiro António Guterres, Santana Lopes. Salientou que todas as obras que tinham negociado com a câmara de Borba, para serem executadas, tinham sido acordadas, todas, no tempo em que o PSD tinha estado no governo. Naquela altura era presidente da Comissão de



Coordenação Regional do Alentejo o Dr. Transmontano. -----

Disse que reconhecia que algumas decisões do governo estavam a ser tomadas de ânimo leve, independentemente do número de dias que tinha. Salientou que muito daquilo tinha que ver com as taxas de execução do QREN. Referiu que a operação limpeza cega dos projetos do QREN, que não tinham execução, iam deixar muitas autarquias em muito maus lençóis, mesmo autarquias do PSD, com contratos assinados e taxas de execução baixas, porque o dinheiro não lhes tinha sido dado. -Realçou que o dinheiro do QREN estava a ser muito mal gerido. Disse ser muito grave, na sua opinião, estar-se a retirar dinheiro de obras de investimento que se estavam a executar, para se fazer formações de Inglês a pessoas que mal sabiam o português, pessoas de baixa escolaridade. -----

Referiu que as formações deveriam existir, mas deveriam ser efetuadas consoante as necessidades das pessoas. -----

Disse que os processos do QREN eram altamente burocráticos, embora o tivessem sido também com o PS. Disse esperar que estivessem todos ali para verem o que iria acontecer dali a algum tempo, quando tivessem que devolver o dinheiro. Afirmou que alguns dos projetos do QREN tinham sido feitos sem qualquer fiscalização e que só esperava que aquilo não tivesse consequências no futuro. -----

Afirmou que quem contribuía para a taxa de execução do país não era o governo, mas sim as autarquias. Disse que eram elas o principal aliado para combater o flagelo do desemprego e que geriam o dinheiro muito melhor que o governo.----- Quanto aos eventos, referiu que não tinha dito que ia fazer eventos que não fossem sustentáveis.-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com 13 votos a favor (eleitos do PS) e 6 votos contra (3 dos eleitos do PSD e 3 dos eleitos da CDU). -----

Disse que iria passar por todos os deputados da Assembleia o Termo de Aprovação Final dos documentos para ser assinado. -----

A CDU entregou declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 3**). -----



**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Proposta da 1ª Revisão Orçamental – 1ª Revisão do Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** – colocou os documentos à discussão. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que aquela 1ª Revisão ao Orçamento era essencialmente uma Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal e que servia para prever e inscrever uma série de projetos que tinham estado previstos, alguns deles, outros não, no orçamento inicial. A despesa de uns estava previsto que fosse despesa corrente e estes estavam inscritos no plano de atividades; para outros a despesa estava prevista em despesa de capital e estavam inscritos no mapa Plurianual de Investimentos. Seguidamente explicou que, após melhor definição dos projetos em causa, e como alguns deles iam ser coordenados pela CIMAC, tinha havido a necessidade de fazer alguns acertos. -----

Realçou que o que se tinha pretendido fazer, com aquela proposta de revisão, tinha sido tomar opções: se tinha havido necessidade de aumentar a despesa numa determinada rubrica, tinha também havido a necessidade de a reduzir noutras rubricas. Disse não ter havido variação no orçamento, mas sim pequenos ajustes. Salientou que alguns daqueles projetos ainda não tinham sido apresentados à câmara. A Câmara Municipal ainda não tinha decidido se iria participar neles ou não e tal só seria decidido quando fosse apresentado o respetivo plano e fosse assinado o acordo de parceria. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com 11 votos a favor (eleitos do PS) e 6 abstenções (3 dos eleitos do PSD e 3 dos eleitos da CDU).-----  
No momento da votação estavam ausentes da sala 2 (dois) deputados do PS. -----

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal



----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a obra da Construção da ETAR, em Rio de Moinhos, era uma obra que já estava inscrita nos planos de atividades da Empresa Águas do Centro Alentejo, a qual tentava fazer a expropriação dos terrenos amigavelmente. Mas os terrenos, em termos de finanças, estavam em nome de um proprietário e, em termos de registo, o prédio rústico estava registado em nome de outro, o que dificultava a correspondência entre a empresa e o proprietário. -----

Para tentar resolver a situação e porque havia reunião da Assembleia Municipal naquele dia, paralelamente, poder-se-ia fazer aquele reconhecimento de interesse público Municipal na aquisição do terreno, o que iria facilitar a sua aquisição. Por outro lado, e como a legislação tinha mudado e a área de implantação da ETAR era em REN, seria necessário existir também o reconhecimento de interesse público Municipal, para que se procedesse à desafetação. -----

Realçou que o objetivo daquele ponto era avançar com a ETAR, a qual iria tratar não só resíduos de Rio de Moinhos, mas também da Talisca e do Barro Branco. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que quanto ao que era pedido à assembleia, não tinha nada a opor, mas que aquele assunto da ETAR de Rio de Moinhos lhe aguçava o apetite para deixar algumas observações. Desde 2001 que se ouviam e se liam, promessas de que, se o PS ganhasse as eleições a construção da ETAR de Rio de Moinhos seria pré- imediato, seria das primeiras coisas a fazer. Tinham ganho as eleições e estavam ali, 11 anos depois, quase a voltar ao ponto zero. -----

Referiu que aquele procedimento poderia ajudar a resolver, acelerar a resolução daquele assunto, mas tudo o que estava ali subjacente era um problema que depois de uma prolongada volta ao mundo, depois de muitos projetos e muitos estudos apresentados, tinham ali um documento da empresa Águas do Centro Alentejo que dizia que iria ser construída uma ETAR apenas para o tratamento dos efluentes da população abrangida, não sendo previsto qualquer tratamento de efluentes industriais. -----

Disse que lhe apetecia perguntar por que é que a ETAR não tinha já sido feita. Porque uma



ETAR só para efluentes domésticos já poderia ter sido feita há muitos anos, até mesmo antes de o PS estar na câmara Municipal. -----

Disse que, afinal, a ETAR de Rio der Moinhos, que tinha tido sempre como problema o tratamento dos efluentes das queijarias, iria ser construída sem que aquele problema fosse solucionado. Referiu que aquela era uma questão que a preocupava. Perguntou como seria o futuro; como é que aquilo iria funcionar com os queijeiros; como seria feito o tratamento dos efluentes das queijarias; como é que aqueles seriam proibidos de lançar os efluentes das queijarias na ETAR dos efluentes domésticos. -----

Disse que a sua intervenção não tinha propriamente a ver com o que lhe era pedido naquele ponto, mas eram preocupações de todos e, principalmente, dos queijeiros de Rio de Moinhos, porque ficariam sem soluções para os seus problemas industriais. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** disse que concordava plenamente com a senhora deputada Filipa quando ela tinha dito que aquele assunto da ETAR de Rio de Moinhos já vinha a ser tratado havia muitos anos. Esperava que aprovação daquele documento fosse mais um passo, um impulso para que a ETAR de Rio de Moinhos fosse uma realidade. -----

Referiu a sua preocupação com os queijeiros e perguntou se não seria possível existir ainda um acordo com os queijeiros, para que pudessem conciliar as coisas. Se o conseguissem seria bom, mas também teriam que olhar ao interesse do resto da população. Acrescentou que gostaria que aquela ETAR se tornasse numa realidade ainda durante o mandato daquele executivo. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a ETAR de Rio de Moinhos já tinha tido 4 projetos e, por conseguinte, 10 anos de espera em reuniões, projetos, estudos. Tinha sido muito tempo. Salientou que com ele, aquilo tinha chegado ao fim e de seguida explicou a sua afirmação. -----

Explicou que a última reunião que tinham tido na câmara, tinha sido a gota de água. Naquela reunião tinha sido colocada a hipótese de, em parceria, entrarem num programa chamado NAIPAI, o qual tinha que ver com o tratamento ambiental. Depois disse que tinha



recebido uma carta/pergunta do senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, na sequência de uma carta que tinha sido escrita por um representante dos queijeiros, em que o Senhor Secretário de Estado questionava a câmara como se ela não tivesse feito nada ao longo daqueles 10 anos e não tivesse tido consideração nenhuma pelos queijeiros. -----

Referiu que a única questão que estava a ser salvaguarda era que, no terreno que estava a ser expropriado, iria ficar um espaço ao lado, o qual poderia vir a servir para o caso dos senhores queijeiros decidirem/quererem construir ali uma infraestruturas para tratar os efluentes das queijarias em águas residuais domésticas. -----

Afirmou haver ali um problema ambiental complicado de resolver. Salientou que não estavam dispostos para continuar naquele impasse, pela parte do executivo já chegavam os longos 10 anos de espera que tinham decorrido. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. -----

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- **O presidente da Câmara Municipal** relativamente às atividades da câmara respigou algumas delas. A participação numa reunião da CIMAC em que o assunto tinha sido a situação difícil em que se encontravam os municípios. Informou que as câmaras que continuavam a cumprir e a pagar eram as de Borba, Mora, Redondo, Portel e Viana do Alentejo. Salientou as dificuldades que a CIMAC já estava a sentir, no sentido de prestação de alguns serviços, nomeadamente Saúde Higiene e Segurança no Trabalho a todos os municípios. Referiu que já tinha sido suspenso a alguns municípios o serviço das análises da água, telefones ....etc; uma reunião com a ADRAL, a qual tinha tido como objetivo a dinamização do Fórum Transfronteiriço para verificar a possibilidade de, eventualmente, surgirem empresas culturais a instalar; o Projeto URBAL, no qual tinham participado e



eram coordenadores institucionais. Deslocação ao Brasil para visitar todos os projetos no terreno, tomar conhecimento de como aquele dinheiro tinha permitido gerar maiores e melhores rendimentos, quer a nível da agricultura, artesanato e pecuária. -----

Relativamente aos Planos de Ordenamento do Território informou que os técnicos continuavam a trabalhar nos planos. O problema do Plano da UOPG-0 já tinha sido ultrapassado: estava prestes a ir à reunião de Câmara, para depois seguir para discussão pública. -----

----- **O Vereador Humberto Ratado** realçou as sucessivas reuniões que tinha tido com alguns agentes económicos, nomeadamente na área local, unidades de alojamento, restauração e bebidas, com o objetivo de vir a criar produtos turísticos, articulando as potencialidades existentes em toda a região, de forma que se conseguisse trazer para Borba e para aqueles agentes, mais-valias. De seguida referiu algumas iniciativas agendadas para o concelho de Borba. -----

Realçou todo o esforço e trabalho desenvolvido por todos os envolvidos.-----

Relativamente às questões colocadas acerca das piscinas disse que o cartão estava a ser emitido por questões técnicas de controlo e segurança. Acrescentou que, se por ventura existisse alguém que visitasse o nosso concelho por um fim de semana apenas, e demonstrasse interesse em frequentar a piscina, nesse caso, seria possível fazer-se um registo, sem necessidade de se emitir um cartão. Referiu que alguns dos contributos mencionados pelo senhor deputado Manuel Prates já estavam elencados nas observações do executivo, no entanto não deixou de agradecer os reparos e as ideias ali mencionadas para um melhor funcionamento das piscinas. Acrescentou que, como as piscinas iriam encerrar nos meses de Julho e Agosto, algumas das situações seriam depois melhoradas, após as análises efetuadas. -----

----- **O Vereador Hugo Mendanha** disse que, da listagem que tinha sido entregue aos senhores deputados, iria apenas salientar alguns pontos: A viatura de recolha de lixo, que já se encontrava em funcionamento; os recursos que tinham sido disponibilizados no arranjo



do pavilhão da Ex-Coabo para que a Cantina da EB 2,3 pudesse lá funcionar, enquanto decorriam as obras de Requalificação da Escola Padre Bento Pereira; relativamente às piscinas disse que havia algumas arestas que ainda tinham que ser limadas, exemplificando de seguida. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que, relativamente à situação financeira, em termos de execução orçamental da receita, a taxa de execução das receitas correntes era de cerca de 17%; receitas de capital 4,11%. No que se referia às despesas correntes estavam nos 17,8%, despesas de capital 3,32%. No que respeitava ao endividamento, as dívidas a terceiros eram de 6.100.000,00€ (seis milhões e cem mil euros), nos empréstimos de médio e longo prazo; empréstimo IFT e Longo prazo, estavam nos 6.000.000,00€ (seis milhões de euros). Quanto ao limite de Endividamento Municipal disse que estavam dentro de todos os limites. -----

----- **O deputado Nelson Gato** disse que a pergunta que iria fazer vinha na sequência do que tinha sido dito pela bancada do PSD na aprovação do Regulamento de Apoio às Instituições e Coletividades, quando tinham referido que iriam ficar atentos. Pediam indicação de como estava a decorrer a aplicação do Regulamento de Apoio às Instituições e Coletividades, uma vez que já tinha passado o período de candidatura. Se tudo estava a decorrer como previsto ou se teriam existido alguns percalços. -----

----- **O deputado Manuel Prates** disse que iria ler um pequeno texto que tinha feito e depois o senhor presidente respondia se entendesse. -----

*“ O que vi e li neste documento sobre a atividade da câmara, esta reflete bem a estagnação do concelho. É o espelho de que se tem vindo fazer muito pouco, até mesmo aqui na cidade, pois no resto do concelho já vem sendo o normal, em especial na Terra do Nunca. É assim que vejo Rio de Moinhos, Terra onde tudo se prometeu, nunca se fez, nada se faz e pelos vistos nunca se fará. Obras Nada! Cultura só na cidade! Vi com agrado a limpeza da Ribeira de Rio de Moinhos. Reconheço a necessidade e o excelente trabalho, mas as grandes obras prometidas não passaram de palavras e do papel. Até mesmo umas das poucas coisas que se fez em Rio*



*de Moinhos acabou. Estou a falar da Feira do Queijo. Tanto apregoamento para levar a Feira para Rio de Moinhos, para acabar assim. " -----*

**----- O deputado José Dias** desejou boa noite a todos e colocou uma questão ao senhor presidente da câmara. Disse que gostaria de saber para quando estava previsto o arranjo paisagístico, nomeadamente a jardinagem, do espaço do Loteamento do Forno, até mesmo os espaços que deveriam ser vendidos como lotes. -----

**----- O presidente da Câmara Municipal** disse ao deputado Nelson Gato que tinha sido entregue, naquele dia, na reunião de câmara, um documento onde estavam mencionado todos os apoios a conceder às Instituições e Coletividades. Disse que a seguir se iria passar à fase da contratualização. Referiu estar a decorrer tudo dentro da normalidade, com os prazos a serem cumpridos, quer pelas associações, quer pela comissão de análise. ----- Disse ao senhor deputado Manuel Prates que tinham tido algumas dificuldades e, naquele momento, mais ainda com a Lei dos Compromissos. Disse que, contrariamente ao que o senhor deputado tinha dito, em relação a Santiago Rio de Moinhos, tinham feito algumas coisas. Salientou que não se podiam cingir unicamente a Santiago Rio de Moinhos, tinham que falar a nível de toda a freguesia. Realçou a limpeza da Ribeira de Rio de Moinhos, que há muito era esperada. Lamentou o facto de, após aquela limpeza, alguém ter atirado sacos de lixo lá para dentro. Salientou os custos elevadíssimos que aquela obra tinha tido. --Disse que também tinha havido umas pequenas intervenções, ao nível de urbanização, no Pisão, no Barro Branco e na Nora. -----

Realçou que iriam fazer aquilo que era possível e estavam conscientes do que tinham para fazer. -----

Relativamente à Feira do Queijo disse que se tinha acabado com aquela Feira como se tinha acabado com a Feira das Ervas e como se tinha reduzido a Festa da Vinha e do Vinho. Afirmou que, por vezes, era necessário tomar opções e referiu que quando não tinham dinheiro para as intervenções não as poderiam efetuar. -----



Disse ao senhor deputado José Dias que, quando fosse possível, seria feito aquele arranjo paisagístico. -----

Informou que não tinha hipóteses de fazer candidaturas a fundos comunitários daquele tipo de intervenções. Referiu que aquelas obras tinham de ser feitas com o pessoal e meios da autarquia, e que eles não esticavam. Adiantou que estavam proibidos de fazer contratações.

----- **O deputado Edgar Liliu** perguntou ao senhor presidente se a Feira do Queijo tinha acabado ou continuava suspensa. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que tinha acabado só naquele ano, o que tinha havido tinha sido uma suspensão. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** disse que as obras que faltava concretizar seriam difíceis, mas esperava que elas pudessem ser concretizadas. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que gostaria de ter acesso às contas das duas últimas edições da Festa da Vinha e do Vinho e à última edição, quer da Feira do Queijo, quer da Feira das Ervas Alimentares, Aromáticas. -----

Perguntou se seria preciso fazer algum requerimento à mesa da Assembleia. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que o requerimento estava feito, que os serviços se encarregariam de lhe fornecer os dados solicitados. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que pretendia a informação financeira, custos, proveitos constantes nos documentos solicitados. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** agradeceu a todos aqueles que os tinham ouvido via WEB, e disse esperar que aquela sessão experimental tivesse contribuído para esclarecer as pessoas que os tinham estado a seguir. Disse que seria interessante se, no período de intervenção do público, ele pudesse intervir sob forma de videoconferência. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que aquilo era possível e que o público tinha estado a participar ao longo daquela sessão da assembleia municipal, através de um fórum de mensagens. -----

Disse que aquele equipamento não era da autarquia, que estava ali a título de empréstimo,



experimental, mas que tentariam fazer a reserva para futuras sessões da Assembleia Municipal, quando realizadas no Salão Nobre. Adiantou que nas freguesias não seria possível, devido à qualidade da Internet disponível. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que o que ia dizer tinha a ver com aquela experiência. Informou que tinha recebido várias mensagens, nas quais que as pessoas diziam que só se ouviam as pessoas que estavam na mesa da assembleia. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a mudança do aparelho que estava no meio da sala, tinha tido como objetivo a captação do som do resto da sala, mas parecia que tal não tinha resultado. Salientou que aquela também era uma sessão experimental, havia coisas que tinham que melhorar. -----

Informou que iriam ser lidas, em voz alta, as três minutas da ordem de trabalhos. -----

As minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

Informou ainda que a próxima sessão da Assembleia Municipal seria em Santiago Rio de Moinhos. -----

Por não haver mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

### **O Presidente da Assembleia Municipal**

---

Jerónimo João Pereira Cavaco

### **O Primeiro Secretário**

---

Francisco José Ramalho Mendes

### **O Segundo Secretário**

---

Joaquim Manuel Ganito Trincheiras

Praça da República 7150-249 Borba | Telf.: 268 891 630 | Fax: 268 894 806 | [www.cm-borba.pt](http://www.cm-borba.pt) | [assembleia.municip@cm-borba.pt](mailto:assembleia.municip@cm-borba.pt)